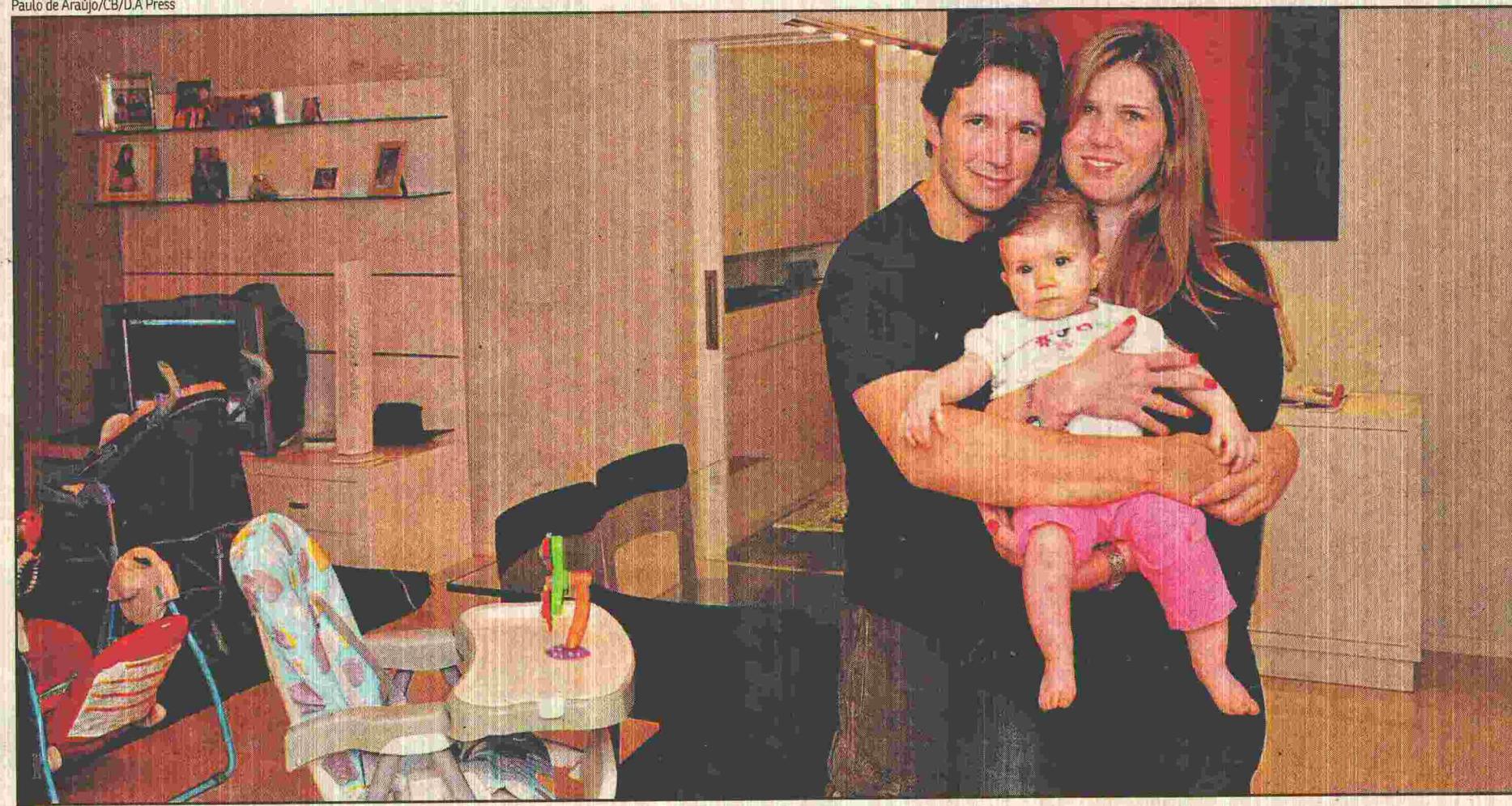


Paulo de Araújo/CB/D.A Press

RENDA

Estudo revela que o Distrito Federal vive o fenômeno do crescimento da classe A e da redução da população abaixo da linha da pobreza

O casal Gabriela e Anderson tem aplicação financeira e uma boa renda, mas reclama do alto custo de vida na capital federal



» MARIANA FLORES

A pirâmide socioeconômica do Distrito Federal está cada vez mais invertida. O topo, que abriga as famílias de renda mais elevada, alarga-se a cada ano. A base, onde se aglomeram os mais pobres, vai se estreitando. O movimento ocorre em todo o país, mas na capital federal as mudanças são bem mais expressivas. A justificativa é o aumento de renda. Salários mais altos pagos na cidade nos últimos 15 anos puxaram 383,2 mil pessoas para a classe AB, o que corresponde a mais de um quarto da população do DF. Pelo mesmo motivo, 94,8 mil brasilienses deixaram a classe C. Resultado: reduziu de um quinto dos moradores para apenas 10% entre 1993 e 2008, segundo o estudo *Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes das classes*, elaborado pelo professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domiciliar (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O salto de uma faixa para outra ocorreu em todas as classes de renda. Além das 94,8 mil pessoas que ultrapassaram a linha da pobreza e passaram da classe E para a D, o número de moradores que ingressaram na classe média quase duplicou em 15 anos. Ao todo, 511,9 mil pessoas inflaram a classe C desde 1993. Outras 383,2 mil passaram a ser consideradas ricas, compondo a classe AB, que atualmente chega a 669,390 brasilienses.

"O aumento de renda se deu em toda a população, mas com mais fermento nas classes mais baixas, por isso a classe C aumentou tanto. Esse acréscimo se deve à elevação de renda do trabalho e às transferências governamentais", afirma o autor do estudo, professor Marcelo Neri.

A renda de R\$ 4.807 por família pode parecer baixa para caracterizar a parcela mais abastada da população, principalmente na cidade que tem o rendimento mais alto do país, segundo a Pnad, mas apenas em Brasília o percentual de pessoas que pertencem à classe AB é tão elevado. Em todo o Brasil, 10,4% das famílias vivem com um valor superior a esse por

Salários altos reduzem a miséria

Divisão

O estudo divide a população da seguinte forma: a classe AB tem renda familiar superior a R\$ 4.807; a classe C, entre R\$ 4.807 e R\$ 4.807. O rendimento domiciliar da D vai de R\$ 768 a R\$ 1.115, e a classe E agrupa as pessoas que vivem em domicílios com renda inferior a R\$ 768.

Distribuição dos ganhos

Confira a faixa de renda de cada classe. Valores atualizados em dezembro de 2008

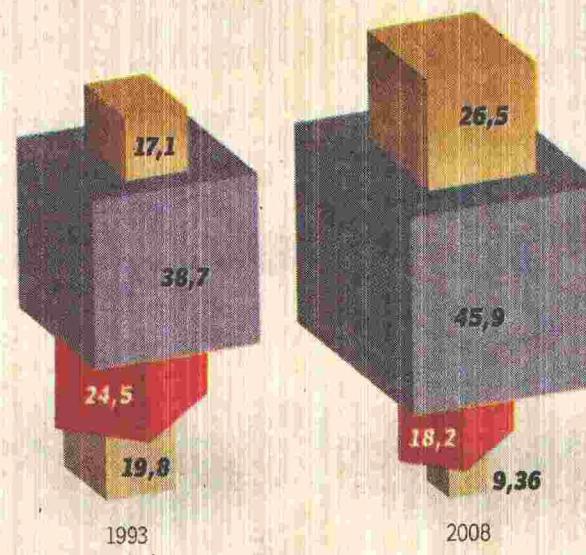
Classe AB (ponta)
acima de R\$ 4.807

Classe C
R\$ 1.115 a R\$ 4.807

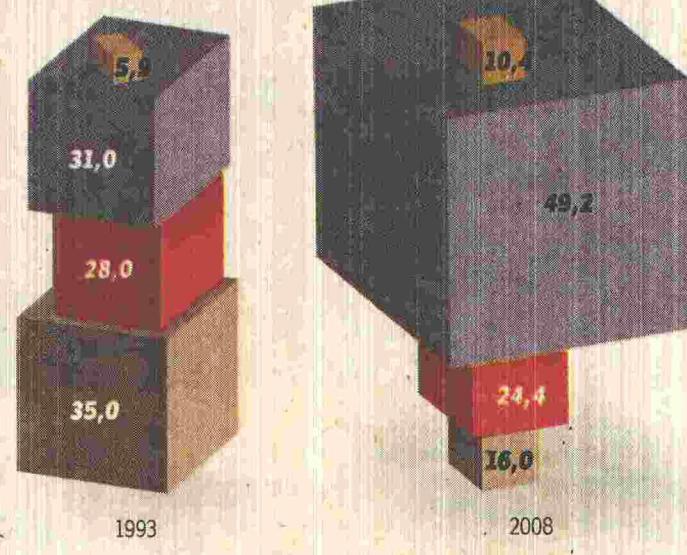
Classe D
R\$ 768 a R\$ 1.115

Classe E (base)
até R\$ 768

Renda do trabalhador brasiliense (em % do total da população)



Renda dos trabalhadores no Brasil (em % do total da população)

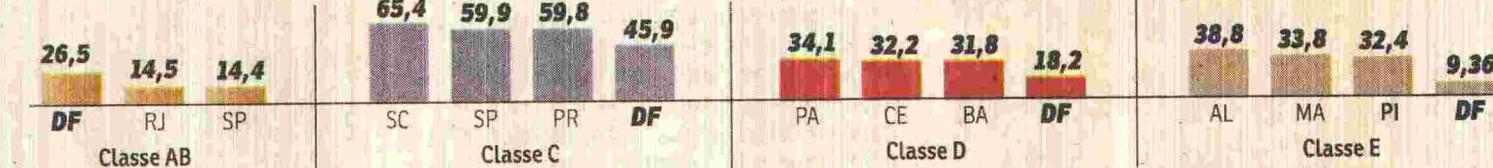


Pesquisa

O levantamento teve como objetivo traçar um retrato das condições da população brasileira. A partir da desagregação em grupos de renda, o estudo mostra o quanto cresceu e diminuiu o poder de compra da população.

Ranking

Unidades da Federação que possuem maior volume de pessoas em cada classe. Em % da população total (2008)



Contracheque

A renda média do brasiliense é a mais alta do país. Em 2008, estava, em média, em R\$ 2.117, mais do que o dobro da média nacional, de R\$ 1.036. A segunda colocada no ranking, São Paulo, tem um salário médio de R\$ 1.290.

mês. Ao todo, são 19,7 milhões de pessoas, das quais 669,3 mil moram na capital federal. Os estados que aparecem em segundo e terceiro lugar, Rio de Janeiro e São Paulo, têm um percentual bem inferior de moradores na classe AB, 14,5% e 14,4%, respectivamente. "O número de membros nas famílias está caindo em movimento acelerado. Então, a média pessoal vai aumentar porque tem menos gente dividindo o bolo. Além disso, há cada vez mais casais sem filhos e pessoas morando sozinhas; por isso, considerando o cenário nacional, esse volume de R\$ 4,8 mil é realmente alto", afirma o professor de economia e finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Piscitelli.

O rendimento elevado de Brasília se justifica pelos altos salários pagos aos servidores federais.

"Brasília é uma cidade sustentada pelo governo; se tirar o funcionalismo público essa renda cai muito", diz o economista Adolfo Fachsida, professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Mas o custo de vida também é elevado, o que acaba consumindo boa parte da renda, reclamam os moradores do DF. Com um rendimento domiciliar que passa dos cinco dígitos, o casal Gabriela Bernardon e Anderson da Costa Mello, de 34 e 35 anos, quitou este ano o apartamento em que mora com o filho, ainda bebê, na Asa Norte. Os dois mantêm aplicações financeiras, mas não sobra uma parte tão grande do rendimento, como imagina quem vê de fora, segundo eles. "Gastamos muito dinheiro com o bebê e o custo de vida em Brasília é muito elevado. Imóvel é caríssimo, tudo é

caro: roupa, restaurante... Acho que é o local mais caro do país", reclama a analista do Judiciário, casada com um gestor do Planejamento, cargo que figurava entre os mais cobiçados pelos concursados.

Terra de contrastes

O Distrito Federal é a unidade da Federação com maior desigualdade de distribuição de renda do país, segundo o IBGE. O Índice de Gini brasiliense é de 0,618, o mais elevado do país. O brasileiro é de 0,531. Pela metodologia, quanto mais próximo o indicador for do número 1, maior é a diferença de renda existente na cidade.

A capital federal é a unidade da federação com maior concentração de renda do país. Ao mesmo tempo em que convive com o maior número de pessoas na classe mais rica, o Distrito Federal tem mais de um quarto de sua população nas classes D e E. Ao todo, são 696,1 mil pessoas que vivem em lares que têm rendimento mensal de até R\$ 1.115. Com uma média de três moradores por casa no Distrito Federal, segundo a Pnad, isso equivale a R\$ 371 mensais por pessoa.